

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Nº 3800000038.002688/2025-74

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**  
**DIRETORIA DE MOBILIDADE E REPASSE DE CONTRATOS**  
**GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA  
EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE REPOSIÇÃO FLORESTAL, MANUTENÇÃO E  
MONITORAMENTO PARA COMPENSAÇÃO DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, DA OBRA DE  
URBANIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM JARDIM MONTE VERDE, DOIS  
CARNEIROS - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE**

Recife/PE, na data de sua assinatura eletrônica.

## **SUMÁRIO**

[DO OBJETO](#)

[AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO](#)

[DAS DEFINIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO](#)

[DO VALOR ESTIMADO](#)

[DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL](#)

[DO ESCOPO DOS SERVIÇOS](#)

[DA PROPOSTA DE PREÇOS](#)

[DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA](#)

[DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA](#)

[DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS](#)

[DAS MEDIÇÕES](#)

[DOS PAGAMENTOS](#)

[DOS REAJUSTES](#)

[DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE](#)

[DA GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL](#)

[DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL](#)

[DA GARANTIA DE RISCO DE ENGENHARIA](#)

[DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS](#)

[DAS PENALIDADES](#)

[DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)

[DOS ANEXOS](#)

## **APRESENTAÇÃO**

O presente Termo de Referência contém elementos necessários à Serviços de Engenharia para a Execução de Atividades de Reposição Florestal, Manutenção e Monitoramento para Compensação da Supressão de Vegetação, da Obra de Urbanização e Contenção de Encostas em Jardim Monte Verde, Dois Carneiros – Jaboatão dos Guararapes/PE, como maneira de atender a compensação da supressão de vegetação, referentes às obras Relativas às Obras de Contenção de Encostas em Jardim Monte Verde, Jaboatão dos Guararapes.

A elaboração deste documento visa estabelecer a natureza, a abrangência, as responsabilidades e as atribuições dos serviços, a fim de assegurar um controle permanente e o melhor padrão de qualidade, atendendo às especificações técnicas e às exigências normativas e legais incidentes. Desse modo define o Escopo dos Trabalhos, a Qualificação Técnica exigida e as demais diretrizes e condições fundamentais para o alcance das metas estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH/PE.

É responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH/PE. a elaboração do Termo de Referência, seus anexos e a fiel supervisão da execução do contrato.

## OBRAS NO BAIRRO DE JARDIM MONTE VERDE – JABOATÃO DOS GUARARAPES

- Licença de Instalação nº004/2024 Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, Secretaria Executiva de Meio Ambiente- SEMAM, concedida para a Secretaria Municipal de Infraestrutura- SEINFRA – Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes.

A elaboração deste documento visa estabelecer a natureza, a abrangência, as responsabilidades e as atribuições dos serviços, a fim de assegurar um controle permanente e o melhor padrão de qualidade, atendendo às especificações técnicas e às exigências normativas e legais incidentes.

Ficam estabelecidos, neste documento, os prazos máximos a serem obedecidos no desenvolvimento dos serviços. É responsabilidade da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano/SEDUH – Diretoria de Mobilidade e Repasse/DMR – Gerência de Licenciamento – GELIC a elaboração do Termo de Referência, seus anexos e a fiel supervisão da execução do contrato.

Recife/PE, na data de sua assinatura eletrônica.

## 1. DO OBJETO

**1.1** Contratações de empresa especializada na execução de serviços de reposição florestal, manutenção e monitoramento, visando à compensação da supressão de vegetação decorrente da obra de urbanização e contenção de encostas em Jardim Monte Verde, Dois Carneiros – Jaboatão dos Guararapes/PE. De Atividades de Reposição Florestal com plantio de mudas com essências florestais nativas de ocorrência regional, para Compensação da Supressão de Vegetação das Obras do Bairro Jardim Monte Verde em Jaboatão dos Guararapes. Neste documento, serão consideradas as atividades de plantio e ou reposição florestal, manutenção, monitoramento e cercamento das áreas, através de contratação de empresa especializada para realização de serviços, com fornecimento das mudas e insumos necessários.

**1.2** Os serviços objeto deste Termo de Referência são classificados como serviço comum de engenharia conforme Art. 6º, inciso XXI, alínea a da Lei nº 14.133.

**1.3** Estão descritos neste Termo de Referência as condições, especificações e normas exigidas pela SEDUH para execução dos serviços constantes no projeto; quando houver dúvidas quanto às especificações, prevalecerão as constantes na planilha orçamentárias até que sejam feitos os ajustes necessários com autorização da Gerencia de Licenciamento Ambiental-GELIC.

**1.4** Ficam estabelecidos, neste documento, os prazos máximos a serem obedecidos no desenvolvimento dos serviços.

**1.5** O objeto desta licitação será em único lote, conforme detalhado abaixo:

<b>CÓDIGO E-FISCO</b>	<b>CÓDIGO CATSER</b>	<b>OBJETO</b>
		<b>Plantio e Manutenção de árvores para compensação de obras em:</b>
489006-0	15148	Contratação de serviços de engenharia para execução de atividades de reposição florestal, manutenção e monitoramento para compensação da supressão de vegetação, da obra de urbanização e contenção de encostas em Jardim Monte Verde, Dois Carneiros - Jaboatão dos Guararapes/PE

Tabela 01. Código E-FISCO, CATSER para compensação florestal de Obras

## **2. AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **2.1 Participação de Consórcios:**

**2.1.1.** Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

**2.1.2** O consórcio deverá reunir, no máximo, 02 (duas) empresas consorciadas.

### **2.2. Participação de Pessoa Física**

2.2.1. Não poderá participar da licitação pessoas físicas, diante da exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, como equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

**2.3 Participações de Cooperativa:** Poderá participar da licitação profissional organizada sob a forma de cooperativa, desde que atendido os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei 14.133/2021.

### **2.4 Subcontratação:**

2.4.1 Será admitida a subcontratação dos serviços acessórios, no percentual máximo de 1%.

2.4.2 Não se admite a subcontratação de itens de serviços que tenham sido exigidos para fins de qualificação técnica na presente licitação.

## **3. DAS DEFINIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

**3.1** A modalidade de licitação empregada será PREGÃO ELETRÔNICO. O critério de julgamento deste PREGÃO será o de menor Preço.

**3.2** O regime de execução será de empreitada por preço unitário, conforme artigo 46 da Lei 14.133/2021.

**3.3** Será adotado o modo de disputa aberto-fechado.

**3.4** Sem prejuízo das exigências constantes no presente instrumento, deverão ser observadas as disposições constantes no edital da licitação.

**3.5** O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, inclusive os intermediários, a serem ofertados pelo licitante, deverá ser de **R\$250,00** (duzentos e cinquenta reais).

#### **4. DO VALOR ESTIMADO**

**4.1** O valor estimado para este objeto é de **R\$ 2.554.598,05** (dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinco centavos) SEM DESONERAÇÃO.

**4.2** O BDI utilizado na planilha orçamentária foi de 23,44% com exceção para:

**4.2.1** O BDI diferenciado utilizado para os itens referentes a fornecimento de material/equipamento, que não contemplam a prestação de serviço, aquisição ou preços resultantes de cotação de mercado foi de 11,42%.

#### **5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**5.1** O prazo de vigência do Contrato será de 1260 (Um mil duzentos e sessenta) dias, a partir da data de assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado.

**5.2** O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço e será de 1140 (Um mil cento e quarenta) dias, podendo ser renovado em caso de necessidade, na forma da Lei 14.133/2021;

**5.3** Após a emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá um prazo de até 15 (quinze) dias corridos para iniciar os serviços.

**5.4** A Ordem de Serviço deverá ser expedida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do CONTRATO, salvo motivo excepcional devidamente justificado.

#### **6. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS**

**6.1** As obras de contenção de encosta no bairro de Jardim Monte Verde - Jaboatão dos Guararapes, beneficiam a população local proporcionando segurança e bem estar social, entretanto, trazem consigo a necessidade de supressão de vegetação nativa nas áreas da encosta contida. O Código Florestal (Lei nº12.651/2012), bem como a Lei da Mata Atlântica (11.428/2006), exigem reposição ou compensação proporcional à área afetada pela supressão, idealmente na mesma bacia hidrográfica.

Antes desta supressão, é obrigatória a obtenção de Autorização de Supressão Vegetal (ASV), conforme a Instrução Normativa nº 6/2009 do Ibama, que condiciona a obtenção da Autorização à apresentação de um Plano de Compensação Florestal, geralmente através do plantio de novos indivíduos, uma vez que os ecossistemas nativos são cruciais em áreas de obras públicas para evitar deslizamentos, manter qualidade da água e prevenir alagamentos, o que justifica moralmente que o Estado adote medidas de mitigação dos danos ambientais, uma vez que estes projetos fortalecem a confiança pública nas instituições, minimizando oposição local e questionamentos judiciais.

A contratação desses serviços é legalmente mandatória, ambientalmente responsável e politicamente sensata. Garante que a supressão de vegetação, ainda que necessária pela obra seja compensada de forma adequada e sustentável.

Os serviços a serem contratados são em atendimento a documento e órgão ambiental municipal, através da Licença de Instalação municipal, expedida pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes. O compromisso firmado com a SEDUH envolve o plantio de mudas nativas, cercamento de áreas de plantio, sinalização, manutenção e

monitoramento com relatórios anuais por período mínimo de três (03) anos.

**6.1.1** Os serviços deverão ser executados em conformidade com o Plano de Compensação Florestal das Obras de CONTENÇÃO de Encostas e Urbanização de Jardim Monte Verde, elaborado pela SEDUH, Anexo G deste Termo de Referência. Além disso, deverão ser observadas as Especificações Técnicas quanto aos padrões de qualidade, manutenção e monitoramento estabelecidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Na ausência dessas normas, os padrões aplicáveis deverão ser previamente submetidos e aprovados, por escrito, pela Fiscalização. Ressalta-se, ainda, que todas as recomendações adicionais previstas na legislação ambiental, quando aplicáveis à execução dos serviços, deverão igualmente ser rigorosamente cumpridas.

**6.1.2.** Deverá ser entregue à fiscalização, ao término do contrato, relatório final consolidado em meio físico e digital, contendo registros fotográficos, georreferenciados e planilhas de campo, representando fielmente o executado em comparação com o Plano de Compensação Florestal.

**6.1.3** Nos preços propostos deverão estar inclusas as despesas com profissional especializado em período especificado no orçamento referencial para administração do plantio, emissão de ART emitida por profissional habilitado na área florestal (engenheiro florestal, engenheiro ambiental, engenheiro agrônomo ou biólogo com atestada capacidade técnica), equipamentos, mudas, materiais e mão-de-obra necessária à execução dos serviços, ferramentas, transportes, encargos sociais, encargos fiscais, lucros e quaisquer outras despesas e taxas incidentes sobre os mesmos.

**6.1.4** Será de responsabilidade da contratada a realização de análises e verificações necessárias à observância das especificações de solo, adubação, qualidade e procedência das mudas, provenientes de viveiros credenciados junto aos órgãos ambientais competentes.

**6.1.5** Todo o material fornecido de insumos e mudas deverão ser de qualidade garantida, certificada, de acordo com as exigências neste edital, respeitando as especificações técnicas, viabilidade e características aprovadas. Poderão ser utilizadas espécies em repetição, desde que autorizadas pela fiscalização. Além disso, essa fiscalização poderá exigir adequação in loco quando houver dúvidas quanto ao resultado final. A CONTRATADA só poderá fazer qualquer alteração após autorização da CONTRATANTE, se houver alteração de custos será de responsabilidade da Contratada sem ônus para a CONTRATANTE.

**6.1.6** Todos os serviços deverão ser desenvolvidos em conformidade com as normas de segurança, observando-se a necessidade de minimizar os transtornos do entorno da área de intervenção. Deverão ser adotadas todas as providências de segurança que sejam necessárias para garantia da integridade física e patrimonial de terceiros.

**6.1.7** Quando houver necessidade de paralisação de alguma atividade de rotina em função da realização de serviços, sua execução ficará condicionada aos horários a serem estabelecidos pela Fiscalização. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização, com a devida antecedência, sua programação de trabalho.

**6.1.8** Durante todo o decorrer do plantio, manutenção e monitoramento, ficará a cargo da

Contratada a conservação e limpeza das mudas, insumos, instalações do canteiro, devendo o local estar sempre limpo e acessível à Fiscalização, com remoção periódica dos descartes/entulhos do canteiro, não sendo permitido o depósito desses materiais de forma inapropriada.

**6.1.9** O reflorestamento deverá ser monitorado durante os 1.140 dias com todos os registros de medições, relatórios georreferenciados e fotográficos;

**6.1.10** Deverá ser mantido pela CONTRATANTE um Diário de Obra, em formato eletrônico ou físico, sempre atualizado, contendo todas as etapas, anotando em detalhes cada fase de execução e monitoramento. O mesmo deverá ser iniciado no início do plantio. Nele deverão estar registrados todos os fatos inerentes ao serviço, como:

**6.1.10.1** Todos os fatos relevantes ocorridos no desenvolvimento do plantio, do serviço de recebimento e registro das mudas, insumos, com registro de imagens, em meio impresso ou eletrônico, sempre que aplicável, tais como: início e término das etapas de execução dos serviços, alterações, paralisações, imprevistos, decisões, recomendações, consultas à fiscalização, sugestões e advertências;

**6.1.10.2** Data e assinatura dos intervenientes ao final de cada registro, sendo admitido o uso de assinatura eletrônica;

**6.1.10.3** As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

**6.1.10.4** As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma físico/financeiro, apresentado e aprovado;

**6.1.10.5** Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

**6.1.10.6** As respostas às interpelações da Fiscalização;

**6.1.10.7** Quaisquer outros fatos que devam ser objeto de registro;

**6.1.10.8** Caso o Diário de Obra seja elaborado em formato eletrônico, deve-se permitir identificar, com controle histórico de edição, a data de abertura e de encerramento e o (s) responsável (is) pelo preenchimento das informações.

**6.1.10.9** As ocorrências registradas no Diário de Obra deverão ser lidas e rubricadas semanalmente pelo engenheiro representante da Contratada, que será o profissional habilitado no certame, e pelo fiscal de área designado pela SEDUH;

**6.1.11** A operação de plantio, deve ser executada de acordo com o Plano de Compensação Florestal ([ANEXO G](#)), seguindo as ações detalhadas no cronograma da preparação do terreno, à manutenção e monitoramento das mudas:

- Roçada (Limpeza do Terreno);
- Espaçamento e Abertura de Covas;
- Combate às Formigas Cortadeiras e Pragas;
- Adubação de Plantio;
- Aquisição das Mudas;
- Transporte das Mudas;
- Distribuição das Mudas no Campo;
- Coroamento;
- Tutoramento e Amarrio;
- Irrigação pós Plantio;
- Operação de Manutenção;
- Repasse no Combate às Formigas Cortadeiras;
- Reforma no Coroamento;
- Adubação de Cobertura;
- Roçada nas Entrelinhas;

- Replanteio;
  - Controle de Espécies Exóticas com Potencial de Invasão;
  - Cronograma de Execução das Atividades;
- Relat. Compensação Florestal Execução – RCFE  
 Relat. Compensação Florestal Implantação - RCFI  
 Relat. Compensação Florestal Manutenção e Monitoramento - RCFMM.

#### 6.1.12 Local de Plantio e Número Estimado de Mudas:

LOCAL DA OBRA	LOCAL PLANTIO	DO	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA PLANTIO (ha)	Nº DE MUDAS
Jardim Monte Verde Jaboatão dos Guararapes	Muribeca Jaboatão Guararapes	dos	1,6	1,3	1.770

**6.1.13** A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura da Ordem de Serviço, o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, com base na Resolução do CONAMA nº 307/2002.

## 6.2 Canteiro de obras

**6.2.1** Correrão, exclusivamente por conta da CONTRATADA, todas as despesas com relação à manutenção e à administração do canteiro de obras, inclusive a delimitação e cercamento do local, confecção e instalação das placas da obra, mobilização e desmobilização de máquinas equipamentos, bem como sua retirada no término da obra;

**6.2.2** A CONTRATADA confeccionará, fixará e conservará, em local a ser indicado pela Fiscalização, sob suas custas, a placa de obra, conforme o modelo apresentado pela CONTRATANTE;

**6.2.3** A CONTRATADA disponibilizará um escritório climatizado para a Fiscalização com, no mínimo, uma mesa de trabalho.

## 6.3 Medidas de segurança

**6.3.1** Para a execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores, observando as leis em vigor e as respectivas normas regulamentadoras (NR-01, NR-06, NR-07, NR-18 e NR-31).

**6.3.2** O uso de equipamentos de segurança como botas, capacetes, cintos de segurança (trabalhos em altura superior a 2,00 m), máscaras, uniforme com identificação da empresa etc. serão obrigatórios.

**6.3.3** A CONTRATANTE não se responsabilizará por acidentes ou prejuízo a terceiros que



porventura venham a ocorrer no local da obra.

6.4 Os serviços a serem contratados são em atendimento a documento e órgão ambiental municipal, através da Licença de Instalação municipal, expedida pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes. O compromisso firmado com a SEDUH envolve o plantio de mudas nativas, cercamento de áreas de plantio, sinalização, manutenção e monitoramento com relatórios anuais por período mínimo de três (03) anos.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

### **7.1 PROPOSTA INICIAL**

7.1.1 A proposta inicial deverá especificar o preço global com a inclusão do BDI, com apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula, e será enviada por meio eletrônico no sistema no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no presente Termo de Referência.

### **7.2 PROPOSTA FINAL**

**7.2.1** A PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, assinada pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), devidamente preenchida para fins de exame de aceitabilidade do preço.

**7.2.2** O prazo de validade da proposta não será inferior à 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

**7.2.3** Deverão estar computadas, nos preços unitários e nas despesas indiretas, todas as despesas de transportes de materiais, carga e descarga, despesas de execução, fornecimento e aplicação ou **instalação** de materiais e equipamentos, mão-de-obra especializada, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, limpeza da área do **canteiro de obras** ou outros equipamentos necessários, bem como impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação bem como as despesas de perdas.

**7.2.4** As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal, serão de inteira responsabilidade da Licitante Vencedora.

**7.2.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial e final, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.2.6** A licitante deverá utilizar os arquivos disponibilizados em formato editável para

elaboração da sua proposta.

### **7.2.7 A proposta final deverá conter:**

**7.2.7.1 Planilha Orçamentária** com a especificação dos quantitativos e custos unitários, bem como os preços totais, com BDI incluso, observando as seguintes diretrizes:

**7.2.7.1.1** Na elaboração da sua planilha orçamentária, a licitante deverá utilizar como modelo o [ANEXO A](#), disponibilizado em formato editável, preenchendo na coluna dos preços unitários, o preço ofertado para cada serviço, e na coluna de BDI deverá ser informado o percentual conforme composição apresentada pelo licitante. No preço unitário do serviço sem BDI já devem estar considerados os custos referentes aos encargos sociais e complementares sobre a mão de obra necessária à execução dos serviços;

**7.2.7.1.2** Os preços unitários com BDI constantes na Planilha Orçamentária conforme [ANEXO A](#) deste Termo de Referência devem ser considerados como preços unitários máximos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa;

**7.2.7.1.3** Informar os valores unitários com apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula e utilizar a ferramenta “[ARRED](#)” nas colunas de valor unitário com BDI e valor total;

**7.2.7.1.4** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha orçamentária deverão refletir com fidelidade os custos especificados, a margem de lucro pretendida e as despesas indiretas;

**7.2.7.1.5** Na hipótese de ocorrência de serviços idênticos com valores diversos na planilha da licitante, sem apresentação de justificativa técnica, será considerado aquele de menor valor atribuído.

**7.2.7.2 Cronograma físico/financeiro** de execução e desembolso das obras, com parcelas mensais de acordo com o [ANEXO B](#).

**7.2.7.2.1 .Na elaboração do Cronograma físico/financeiro**, a licitante deverá utilizar como modelo o [ANEXO B](#), disponibilizado em formato editável, apresentando seus valores e considerando na previsão mensal para o pagamento dos itens Administração Local e Manutenção do Canteiro de Obras a proporcionalidade à execução financeira dos demais serviços previstos na sua proposta;

**7.2.7.2.2 A Licitante apresentará para a referida obra o Cronograma físico/financeiro** correspondente e proposta de desenvolvimento dos serviços a serem executados, com suas etapas bem definidas e justificadas, obedecendo às normas e restrições operacionais dos órgãos gerenciadores envolvidos.

**7.2.7.3 Composições de preços unitários** previstos na planilha orçamentária ou declaração,

conforme modelo previsto no [ANEXO J](#), de que a licitante anui com as composições de preços apresentadas pela Administração, na forma prevista nos subitens a seguir:

**7.2.7.3.1 Declaração**, conforme modelo [ANEXO J](#), onde a mesma dá *anuência* às composições de preços unitários de todos os serviços considerados na planilha orçamentária. Nessa declaração a empresa concorda com os itens de mão-de-obra, materiais, serviços e equipamentos e seus respectivos coeficientes de consumo de todas as composições de preços unitários elaboradas pela SEDUH, [ANEXO C](#), e todas as composições de preços unitários obtidos de tabelas de referência, [ANEXO E](#);

**7.2.7.3.2** A Licitante poderá, ao invés de apresentar a Declaração mencionada no subitem anterior, apresentar todas as composições dos custos unitários para os serviços apresentados na planilha orçamentária, [ANEXO A](#), adotando como o modelo o arquivo editável disponibilizado como anexo do Termo de Referência, ficando obrigada a seguir os parâmetros da composição do preço de referência do serviço apresentado nos [ANEXOS C e E](#), observadas as seguintes regras:

**7.2.7.3.2.1** Não se admite a alteração de insumos nem de seus coeficientes de consumo;

**7.2.7.3.2.2** Poderá apresentar o índice do campo “produção da equipe (poda, plantio, irrigação etc.” diferente do indicado nas composições apresentadas nos [ANEXOS C e E](#). Observando que a alteração do índice da “produção da equipe (poda, plantio, irrigação etc.” está relacionada com os coeficientes de utilização dos equipamentos e mão de obra, relacionados à execução do serviço;

**7.2.7.3.2.3** Considerar nas composições dos custos unitários dos serviços os mesmos preços unitários para os insumos que fazem parte de mais de uma composição. Caso contrário, no momento da análise das composições, o preço do serviço será corrigido considerando o menor valor entre os preços unitários apresentados para o mesmo insumo;

**7.2.7.3.2.4** Considerar salários em consonância com a legislação trabalhista vigente na data base do orçamento referencial e, quando for o caso, com acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados;

**7.2.7.3.2.5** Adotar encargos sociais e tributários de acordo com o regime jurídico-tributário a que está submetida a empresa no momento da apresentação da proposta.

**7.2.7.4 Demonstrativo da composição analítica da Bonificação e Despesas Indiretas - BDI**, com indicação do percentual incidente sobre os preços unitários apresentados, de forma separada para os serviços ambientais e o fornecimento de materiais/equipamentos, se houver, conforme o [ANEXO D](#), observando as seguintes diretrizes:

**7.2.7.4.1** O valor ou percentual apresentado pela licitante para o BDI poderá ser superior ao estimado pela Administração, devendo ser respeitado o limite do preço unitário acrescido do BDI, para cada item constante do Orçamento referencial;

**7.2.7.4.2** O cálculo do BDI não poderá incluir os seguintes tributos: IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Também não será possível prever no BDI parcelas como administração local, mobilização/desmobilização e instalação de canteiro de obra/equipamento, e quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, que devem ser cotados na planilha de quantidade e preço;

**7.2.7.4.3** Na hipótese de a obra ou serviço de engenharia envolver a aquisição e/ou transporte de material betuminoso, significativo fornecimento de materiais e equipamentos, serviços passíveis de subcontratação, bem como nos casos em que os custos de mobilização e desmobilização representarem parcela considerável do valor final estimado da obra deve ser aplicado, sobre esta parcela, um BDI inferior àquele estipulado para o restante da obra e/ou serviço;

**7.2.7.4.4** Caso haja isenção de tributos, deverá ser apresentada a lei que concedeu a isenção;

**7.2.7.4.5** As alíquotas de tributos indicadas pela licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

**7.2.7.4.6** O percentual de ISS deve ser compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços;

**7.2.7.4.7** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão considerar, na sua composição de despesas fiscais, as alíquotas referentes ao PIS, COFINS e ISS de acordo com as alíquotas previstas nos [Anexos I ao V](#) da Lei Complementar nº 123/2006. Para os cálculos das alíquotas, a licitante deverá tomar por base a receita bruta acumulada nos doze meses que antecedem a abertura do certame licitatório. Em caso de divergência nas alíquotas apresentadas, serão realizadas as correções necessárias.

## **7.2.7.5 Composição dos Encargos Sociais, conforme [ANEXO F](#) deste Termo de Referência, na forma prevista nos subitens a seguir:**

**7.2.7.5.1** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão considerar na sua composição de encargos sociais, as isenções referentes às contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissionais vinculadas ao sistema sindical, e demais entidades de serviço sociais autônomas, conforme previsto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive a dedução sobre o ISS quando couber. Em caso de divergência nos encargos apresentados, serão realizadas as correções necessárias;

**7.2.7.5.2** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar declaração indicando em que “ANEXO e FAIXA” da Lei Complementar nº 123/2006 se enquadram. Em anexo a esta declaração deverá ser apresentada pela licitante o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PA), cuja data base de apuração é a remuneração bruta acumulada nos doze meses que antecedem a sessão inicial certame licitatório;

**7.2.7.5.3** Nos casos em que a empresa estiver enquadrada nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0, quando a empresa utiliza o regime de tributação distinto ao que fora eleito na elaboração da Planilha Orçamentária expresso no ANEXO A deste Termo de Referência, fica

obrigada a apresentar declaração, responsabilizando-se a cumprir com todas as exigências elencadas nos Acordos e Convenções Coletivas utilizadas na elaboração dos referidos orçamentos, abdicando assim de qualquer solicitação/requerimento de reequilíbrio econômico financeiro relacionado a estes itens em questão (profissionais), incluindo os fatos relacionados à tributação. Obriga-se, também, a apresentar a declaração constante no ANEXO III da IN RFB Nº 2053, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

## 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DA EMPRESA

8.1.1 Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Biologia - CRBIO da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos, da região a que estiverem vinculadas.

8.1.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a do objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de **Atestado e/ou Certidões de Acervo Operacional (CAO)**, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, dos serviços a seguir discriminados:

A) Plantio de mudas de planta com altura a partir de 2,50m, sem fornecimento - 708 unidades.

8.1.3. Será admitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos exigidos dos itens acima.

8.1.4 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

### 8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

8.2.1. Comprovação da Licitante de possuir no seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA ou CRBIO que atenda à uma das habilitações mínimas discriminadas a seguir:

ITEM	PROFISSIONAIS	QUALIFICAÇÃO
1.	<b>Engenheiro Florestal, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Agrônomo ou Biólogo</b>	01 (um) Engenheiro Florestal, Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Agrônomo com experiência comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico- CAT expedida pelo CREA da(s) região(ões) ou 01 (um) Biólogo com experiência comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT expedida pelo CRBIO da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizados(s)em:  Execução de Compensação Florestal.

8.2.2 O profissional que não estiver elencado no rol de responsáveis técnicos da Certidão de Registro da pessoa jurídica, e apresentar comprovação técnico profissional para atendimento ao item 8.2.1, deverá anexar a devida Certidão de Registro na entidade de classe competente.

8.2.3 O profissional indicado pela licitante e habilitado conforme exigências desse item será o Responsável Técnico do Contrato, representará a CONTRATADA junto a SEDUH e deverá ficar alocado na obra por uma carga horária mínima de 1 hora semanal. Exigência a ser atendida durante o período de plantio.

### **8.3 VISTORIA AO LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.3.1 A licitante deverá apresentar declaração de realização de vistoria, de que, por meio de representante designado para esse fim, vistoriou os locais onde a obra será realizada, a fim de tomar conhecimento das informações necessárias à sua adequada execução.

8.3.2 A realização da visita será acompanhada por servidor designado, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas, e de 14:00 horas às 16:00 horas. Deverá ser previamente solicitada para agendamento junto a GELIC, Gerência de Licenciamento da SEDUH através do e-mail [licenciamento@seduh.pe.gov.br](mailto:licenciamento@seduh.pe.gov.br) em até 3 (três) dias úteis anteriores à data limite para apresentação das propostas no certame licitatório. Informações através do telefone 81-31813355

8.3.3 A declaração de realização de vistoria, prevista no subitem 8.3.1, pode, a critério da licitante, ser substituída por uma declaração de conhecimento das condições locais assinada por seu responsável técnico, na qual atesta que tem conhecimento das condições e peculiaridades do local dos serviços, assumindo a responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da não verificação das condições do local onde será executado o objeto.

## **9. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.1** Deverão ser observadas as disposições quanto a exigência de índices contábeis mínimos usuais constantes no Edital de Licitação.

**9.2** A empresa licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (Dez por cento) do valor estimado da contratação.

**9.3** Participação de Consórcios:

9.3.1 Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, deve-se apresentar o somatório dos valores do Patrimônio Líquido dos consorciados, constituindo-se de um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, não sendo tal acréscimo aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

## **10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**10.1** As regras para fiscalização dos serviços estão descritas na Minuta do Contrato.

**10.2** A designação do Fiscal e do Gestor será informada no contrato, com assinatura dos servidores designados no Termo de Ciência que será anexo ao instrumento.

**10.3** A Contratada deverá apresentar até o início da execução do serviço, a relação dos profissionais que serão alocados na obra, referente à equipe que compõe a Administração Local e Manutenção do Canteiro, sem prejuízo quanto a indicação do profissional habilitado como responsável técnico no decorrer do processo licitatório.

## **11. DAS MEDIÇÕES**

**11.1** As medições serão executadas pelo fiscal do CONTRATO, acompanhado do representante da CONTRATADA, a partir de um mês da emissão da Ordem de Serviço e em intervalos de trinta dias a contar da primeira medição.

**11.2** São passíveis de medição as unidades de serviço efetivamente executadas, que atendam às especificações do projeto e estejam concluídas integralmente, devendo o fiscal do contrato adentrar nas minúcias quantitativas de todos os serviços executados.

**11.3** Todos os serviços deverão ser medidos através de Boletins de Medição, composto de Planilha de medição, Memória de cálculo e Relatório fotográfico, demonstrando detalhadamente a metodologia utilizada para a aferição dos serviços executados, bem como, obrigatoriamente, a data de aferição/emissão, o período correspondente à realização dos serviços e as assinaturas do fiscal e gestor do contrato e de um representante da CONTRATADA.

**11.4** Os preços considerados na medição são os previamente definidos na planilha orçamentária contratada.

**11.5** Deverá ser verificado pela fiscalização, no momento da elaboração do boletim de medição, se os serviços executados estão evoluindo conforme previsto no cronograma da empresa CONTRATADA, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis devido a atrasos injustificados por parte da empresa CONTRATADA.

**11.6** Considerar apenas como quantidades de serviços a serem medidas os serviços concluídos integralmente, ou seja, fornecimento e instalação, executados até o momento da elaboração da medição. Para os itens previstos na planilha orçamentária como fornecimento, os mesmos serão medidos quando esse fornecimento tiver sido devidamente realizado até o momento da elaboração da medição.

**11.7** Os serviços executados e não aceitos pela Fiscalização, pelo motivo de não atenderem às especificações quanto à qualidade do material ou quanto à sua má execução, deverão ser refeitos dentro do prazo especificado pela Fiscalização.

**11.8** Os itens referentes a tratamento, reciclagem, disposição de resíduos, serão incluídos na medição de pagamento dos serviços após a apresentação, pela CONTRATADA, do documento de “Certificado de Reciclagem e entulho” emitido pela empresa que executará o respectivo tratamento, reciclagem ou receberá o material para disposição do mesmo, acompanhado da respectiva nota fiscal. Neste documento deverá constar, entre outras informações, o tipo e a quantidade do material proveniente da obra que foi tratado, reciclado ou recebido para disposição final.

## **12. DOS PAGAMENTOS**

**12.1** Após a entrega da medição pela CONTRATADA, a Fiscalização terá prazo de **10 (dez)** dias úteis para atestar e encaminhá-la a GELIC para verificação e aprovação dos serviços/etapas executados e liberação para que a Fiscalização autorize a empresa CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal.

**12.2** Caso o boletim de medição seja reprovado pela Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar nova medição no prazo **5 (cinco)** dias úteis, decorrendo novo prazo de **10 (dez)** dias úteis, após a sua reapresentação, para aprovação e liberação.

**12.3** Os pagamentos dos serviços serão realizados após a aprovação das medições por parte da Fiscalização e Gestão do Contrato.

**12.4** Somente após aprovado o boletim de medição, a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal correspondente ao valor dos serviços atestados, destacando, na nota, o valor correspondente à mão-de-obra. A partir do atesto da Nota Fiscal por parte da Fiscalização e da GELIC, a SEDUH deverá pagar à CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da liquidação da despesa.

**12.5** Constituem condições para o pagamento da primeira parcela a comprovação de regularização da obra junto ao CREA-PE ou CRBio-PE, a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao **serviço**, a comprovação de inscrição no CNO junto à Receita Federal do Brasil e a prestação da garantia.

**12.6** O pagamento da última medição só será realizado pela SEDUH após a análise e aprovação do Relatório Final da Compensação Florestal pela Fiscalização e pela GELIC.

**12.7** A conclusão da medição definitiva não exime a CONTRATADA de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

**12.8** O desembolso máximo previsto para cada período será realizado conforme Cronograma Orçamentário Financeiro.

**12.9** Quanto ao pagamento dos itens de Administração Local e Manutenção do Canteiro de Obras, constantes na planilha de preços e no cronograma físico financeiro:



**12.9.1** O pagamento dos referidos itens será realizado proporcionalmente ao verificado na execução financeira realizada na obra, mantendo-se inalterado o valor total previsto.

**12.10** Os pagamentos dos valores relativos à mobilização e desmobilização serão liberados pela Fiscalização, quando devidamente comprovadas as distâncias efetivamente percorridas pelos equipamentos/veículos a serem utilizados na obra, estando limitados aos valores máximos estabelecidos no orçamento.

**12.11** Os serviços relativos à carga, descarga e transporte do material de disposição ou reciclagem só serão considerados na medição quando forem atendidas as condições definidas no item 11 deste Termo de Referência. Quanto aos itens de transporte previsto na planilha orçamentária deverá ser pago considerando a DMT efetivamente realizada tendo como limite máximo a DMT considerada no orçamento.

**12.12** Caso o percentual de ISS apresentado na Nota Fiscal da Contratada, seja inferior ao percentual de ISS considerado na proposta da Contratada, será realizado a glosa referente a essa diferença.

**12.13** O valor da contratação resultante deste certame é estimado, não implicando em previsão de crédito em favor da CONTRATADA, que apenas terá direito ao pagamento pelos serviços efetivamente prestados e medidos.

### **13. DOS REAJUSTES**

**13.1** O contrato somente será reajustado após 12 (doze) meses da data base do orçamento de referência, de acordo com a variação dos índices fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, nos termos da Lei 14.133/2021, da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste;

I1 = Índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, Obras Complementares e Meio Ambiente, relativo ao 12º mês da data base do orçamento de referência;

I0 = Índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, Obras Complementares e Meio Ambiente, relativo ao mês da data base do orçamento de referência.

V = Valor do item da planilha.”

**13.3** Na hipótese de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o período correspondente.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

**14.1** As obrigações da contratada e da contratante estão descritas na Minuta do Contrato.

### **14.2 Obrigações específicas da contratada:**

**14.2.1** A CONTRATADA deverá executar os serviços contratados rigorosamente, de acordo com as normas estabelecidas, tendo por referência e orientação o Projeto de Compensação Florestal e Projeto Executivo do Plantio de espécies nativas atendendo a todas as especificações técnicas de plantio; sem prejuízo das demais condições estabelecidas no TR;

**14.2.2** Manter, em bom estado, os plantios, especificações e planilhas de serviço de manutenção e monitoramento;

**14.2.3** Promover a guarda, manutenção e vigilância do local durante à execução dos serviços e toda a vigência do CONTRATO;

**14.2.4** Providenciar junto ao CREA a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da obra, relativa aos serviços objeto desta contratação, de acordo com a legislação vigente, apresentando-o até a primeira medição.

## **15. DA GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL**

**15.1** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. (Art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

**15.2** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

**15.3** Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança, assim em razão dos materiais, como do solo. (Art. 618 da Lei nº 10.406/2002).

## **16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**16.1** A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia podendo optar por caução, seguro garantia, fiança bancária, título da dívida pública ou título de capitalização custeado por pagamento único, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação ou complementada em caso de acréscimo no valor do contrato.

**16.1.1** A comprovação do atendimento à exigência de contratação no caso de seguro garantia deverá ser realizada até o momento da assinatura do contrato, e será concedido a empresa

licitante, um prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

16.1.2 Para caução ou fiança bancária ou título da dívida pública ou título de capitalização, a comprovação deverá ser apresentada no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, prorrogáveis por igual ao período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato."

## **17. DA GARANTIA DE RISCO DE ENGENHARIA**

**17.1.** A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato e antes da emissão da ordem de serviço, às suas custas, as apólices de Seguro de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional.

**17.2.** O Seguro de Risco de Engenharia deve conter, no mínimo, as seguintes coberturas:

**17.3.** Cobertura Básica;

17.3.1. Seguros para obras de compensação florestal - plantio de espécies nativas (CF);

17.3.2. Riscos inerentes a erro de execução ou de projeto e sabotagens;

17.3.3. Riscos da natureza (danos causados por vendaval, queda de granizo, queda de raio e alagamento, entre outros).

## **18. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**18.1.** A Contratante, através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, deverá providenciar Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** contados da solicitação que lhe fizer o Contratado. Tal documento deverá ser firmado também pelo Contratado.

**18.2.** Efetuado o recebimento provisório, haverá um período de observação, de no máximo **90 (noventa) dias**, para cumprimento do disposto no Art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso, quando então será procedido o recebimento definitivo.

**18.3.** Decorrido o prazo estabelecido no item 18.4 e estando sanadas todas as pendências que, porventura, lhe forem formalmente comunicadas pelo Contratante, a CONTRATADA deverá formalizar ao Contratante, solicitação para recebimento definitivo do contrato.

**18.4.** São documentos necessários para o recebimento definitivo da obra, e que deverão acompanhar a solicitação, **a critério da SEDUH;**

18.4.1. Certidão Negativa de Débito perante o INSS/CND da obra ou as respectivas vias de pagamento acompanhadas do protocolo (PCND);

18.4.2. Certificado de Regularidade de Situação/CRS, junto ao FGTS;

18.4.3. Relatório Final de Compensação Florestal;

18.4.4. A Comissão de recebimento definitivo deverá apresentar seu relatório até **15 (quinze) dias** da data da solicitação do Contratado.

18.4.5. Decorridos **15 (quinze) dias** da data da solicitação que fizer o Contratado sem que haja manifestação da Contratante, a CONTRATADA estará desobrigada do cumprimento de solicitações complementares.

18.4.6 Ocorrendo à hipótese do item anterior, a obra estará automaticamente recebida como definitiva e encerradas as responsabilidades contratuais da CONTRATADA.

## **19. DAS PENALIDADES**

**19.1.** As penalidades estão descritas no Edital e na Minuta do Contrato.

## **20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1 Declaramos para os devidos fins, e em conformidade com a Lei nº 18.780 - LOA, de 17/12/2024, que há previsão orçamentária neste exercício de 2026, para atender despesas contidas no objeto abaixo:

**Objeto:** Contratação de serviços de engenharia para execução de atividades de reposição florestal, manutenção e monitoramento para compensação da supressão de vegetação, da obra de urbanização e contenção de encostas em jardim monte verde, dois carneiros - Jaboatão dos Guararapes/PE.

**Valor: R\$ 1.700.999,34** (um milhão, setecentos mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos).

**Fonte de Recurso:** 0754000000

**UG:** 380100 - SEDUH

**Unidade Orçamentária (UO):** 00123 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Administração direta

**Programa de Trabalho:** 15.452.0466.4797.3267

**Ação:** 4797

**Elemento da despesa:** 4

**Categoria Econômica:** 4

20.2 Considerando que a presente contratação trata-se de investimentos de natureza plurianual, e que a despesa ultrapassa o exercício atual, declaro que há previsão de compatibilidade com o citado plano e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 1º, inciso VII, Portaria SAD nº 2.692/2021) estando assim a despesa correspondente autorizada no Plano Plurianual em vigor, conforme montantes detalhados a seguir:

**Valor para os exercícios de 2027: R\$ 595.669,66** (quinhentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

**Fonte:** 0754000000

**Programa de Trabalho:** 15.452.0466.4797.3267

ANEXO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ANEXO A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO B – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO C – COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO DOS SERVIÇOS

ANEXO D – COMPOSIÇÃO DE BDI

ANEXO E – TABELAS DE REFERÊNCIA

ANEXO F – COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO G – PROJETOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

ANEXO H – CURVA ABC

ANEXO I – COTAÇÕES

ANEXO J – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA ÀS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO K – LICENÇA AMBIENTAL

ANEXO L – CARTA DE ANUÊNCIA

ANEXO M– DFD.216.SEDUH-2025 - PCA-2026

Recife/PE, na data de sua assinatura eletrônica.

**Servidores responsáveis pela elaboração**

<b>Nome</b>	<b>E-mail</b>	<b>Telefone</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Setor/Gerência</b>
Claudenice Paulino da Silva	claudenice.psilva@seduh.pe.gov.br	(81) 3181- 3355	03398	Gerência de Licenciamento - GELIC

**Assinatura**

**Claudenice Paulino da Silva**

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Engenheira Ambiental – Gerência de licenciamento

Matrícula 03398

**Philippe Correia da Silva**

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Engenheiro Civil – Superintendência de Obras de Encostas

Matrícula 18157505/03  
Superintendente de Obras de Encostas  
Autoridade competente para aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Claudenice Paulino da Silva**, em 13/04/2026, às 16:09, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Correia da Silva**, em 13/04/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **84581966** e o código CRC **994D6AE5**.

**Referência:** Processo nº 3800000038.002688/2025-74

SEI nº 70534952